

Lição 1

Que a melhor vida, tanto privadamente para cada um quanto publicamente para as cidades, é viver segundo a virtude, ajudando os demais bens para esse fim.

901. Quem vai fazer uma investigação conveniente acerca da melhor constituição precisa determinar primeiro qual seja a vida mais desejável. Pois, permanecendo isto obscuro, também a melhor constituição necessariamente permanece obscura. Com efeito, agir da melhor maneira convém aos que se governam da melhor maneira segundo as condições que lhes existem, a não ser que algo aconteça fora do razoável. Por isso é preciso primeiro estar estabelecido qual seja (por assim dizer) a vida mais desejável para todos; depois disto, se ela é a mesma em comum e separadamente, ou diferente.

902. Julgando, pois, ter dito muitas coisas suficientemente, também dentre aquilo que foi dito nos discursos exteriores acerca da melhor vida, devemos agora servir-nos delas. Pois, para uma só divisão, ninguém decerto duvidará que, existindo três partições, a dos bens exteriores, a dos que estão no corpo e a dos que estão na alma, é preciso que todos estes existam nos que são bem-aventurados.

903. Pois ninguém decerto chamará de bem-aventurado aquele que não tem parte alguma de fortaleza, nem de temperança, nem de justiça, nem de prudência, mas que teme moscas voejantes, que não se abstém de nenhum dos extremos se deseja comer ou beber, que por causa de um quadrante mata os amigos mais queridos, e igualmente quanto ao que diz respeito à prudência, sendo imprudente e mentiroso como uma criancinha ou um insensato.

904. Mas estas coisas, ditas assim, como todos decerto concederão, diferem quanto ao quanto e aos excessos. Pois julgam que basta ter da virtude qualquer quantidade, por menor que seja; mas das riquezas, do dinheiro, do poder, da glória e de todas as coisas semelhantes buscam um excesso infinito.

905. Mas nós lhes diremos que facilmente, também pelas obras, se obtém a certeza a respeito disto, vendo que não se adquirem nem se conservam as virtudes pelos bens exteriores, mas estes por aquelas. E vendo que o viver feliz, quer consista no gozar, quer na virtude, quer em ambos, existe mais nos que são ornados quanto aos costumes e ao intelecto até a excelência, mas medíocres quanto à posse exterior dos bens, do que naqueles que possuem estes últimos em maior abundância mas são deficientes naquilo que é o melhor.

906. E mais ainda: também para os que consideram segundo a razão isto é fácil de perceber. Pois as coisas exteriores têm um limite, como um instrumento qualquer. Ora, tudo o que é útil, seu excesso necessariamente ou prejudica ou de nada aproveita aos que o possuem. Dos bens que dizem respeito à alma, porém, quanto mais cada um excede, tanto mais é útil, se é que se deve dizer também deles não só que são bons, mas também que são úteis.

907. E, em geral, é evidente que diremos que a melhor disposição de cada coisa em relação a outra se alcança segundo o excesso que a distância recebeu por sorte entre aquelas coisas de que dizemos existirem essas mesmas disposições. Por isso, se a alma é mais preciosa que a posse, que o corpo, e absolutamente também para nós, é necessário que a melhor disposição de cada uma se tenha proporcionalmente a elas.

908. Além disso, estas coisas são por natureza desejáveis em vista da alma, e é preciso que todos os que são bem prudentes as escolham por causa da alma, mas não a alma por causa delas.

909. Que, portanto, a cada um cabe tanto de felicidade quanto de virtude e de prudência e do agir segundo estas, seja-nos concedido, tomando a Deus por testemunha, o qual é feliz e bem-aventurado não por causa de nenhum dos bens exteriores, mas por si mesmo e por ser de tal qualidade segundo a natureza. Por isso também a boa fortuna é necessariamente algo diverso da felicidade. Pois dos bens que estão fora da alma a causa é o acaso e a fortuna; mas ninguém é justo nem temperante pela fortuna nem por causa da fortuna.

910. Segue-se também, pelas mesmas razões, ser oportuno que a cidade feliz seja aquela que é a melhor e que age bem. Ora, é impossível agir bem aos que não fazem coisas boas. E não há nenhuma obra boa, nem do homem nem da cidade, sem virtude e prudência. Mas a fortaleza da cidade, e a justiça, e a prudência têm a mesma potência e forma que aquelas de que, participando, cada um dos homens é chamado justo, prudente e temperante.

911. Mas quanto a estas coisas, sejam ditas apenas a título de proêmio no discurso; pois nem é possível não tocá-las, nem cabe expor todas as razões pertinentes, porque isto é obra de outro estudo. Por agora, porém, suponha-se apenas que a melhor vida, tanto de cada um separadamente quanto das cidades em comum, é aquela que se dá com a virtude transbordante em obras, a ponto de ser possível participar das ações que são segundo a virtude. Quanto aos que duvidam, deixando-os de lado no presente método, isto deverá ser considerado depois, se alguém não estiver persuadido do que foi dito.

Depois que Aristóteles expôs a partir de que elementos, de que espécie e de que modo se deve instituir a república menos retamente ordenada, pretende agora expor como e a partir de que elementos se deve instituir a que é absolutamente a melhor, quer seja república designada pelo nome comum, quer república dos melhores, quer reino. E a respeito disto antepõe algumas coisas pertinentes à exposição do seu intento. Quando diz, quanto à própria república etc., mostra a partir de que elementos e de que espécie se deve instituí-la. Ora, para instituir a melhor república é preciso conhecer de antemão certas coisas da parte da forma da própria república, a qual se toma da noção do seu próprio fim; e certas coisas da parte da matéria, que são os próprios cidadãos, o lugar e a habitação. E segundo isto, quanto ao primeiro ponto, faz duas coisas. Primeiro investiga acerca do fim da própria república. Segundo, quando diz, das demais coisas se deve falar etc., investiga acerca da matéria. Quanto ao primeiro, ainda primeiro antepõe a sua intenção. E segundo, quando diz, julgando etc., prossegue. Quanto ao primeiro, expõe a sua intenção a respeito de duas coisas, dizendo primeiro que quem quer fazer uma investigação certa e conveniente à matéria proposta acerca da melhor república absolutamente, e não por suposição, precisa fazer primeiro a consideração de qual seja a vida mais desejável absolutamente, isto é, qual seja a ação absolutamente melhor. Pois a vida se diz, de um modo, daquilo que é princípio de

movimento por si, como se diz que a alma e a vida são o mesmo. E consequentemente se diz da operação que procede de tal princípio intrínseco, como dizemos que sentir e entender são certas vidas; e segundo isto o mais desejável do homem é a melhor vida, ou a sua ação segundo a mais excelente potência da alma. E atribui a razão disto: porque, se não for manifesto qual seja a melhor operação do homem absolutamente, não será manifesto qual seja a melhor república absolutamente; pois é necessário que os que se conduzem da melhor maneira na república atinjam a melhor vida, ou ação do homem, quer absolutamente, quer segundo a exigência das disposições existentes, segundo cuja diversidade é necessário que a ação, ou o fim, se diversifiquem, assim como a melhor ação do artífice necessariamente se diversifica por causa da diversidade da matéria a partir da qual opera. E digo que os que se conduzem da melhor maneira na república devem atingir a melhor operação, a não ser que haja algo que aconteça fora do razoável, como por exemplo um defeito da natureza, ou de alguma das coisas exteriores que necessariamente se requerem para a melhor ação.

Portanto, quem quer considerar acerca da melhor república deve primeiro receber de antemão, como é manifesto, qual seja a melhor vida, ou também a ação mais desejável para todos os homens, por assim dizer; o que acrescenta por causa disto: que alguns são mal-nascidos ou criados em maus costumes, os quais dificilmente ou nunca podem atingir a melhor vida, ou ação do homem. Ora, a força da sua razão consiste nisto: que, para o conhecimento de qualquer coisa, é preciso conhecer de antemão aquilo de que por si se toma a noção; pois por ela cada coisa é conhecida. E a noção da melhor república se toma do melhor fim do homem, assim como universalmente a noção das coisas operáveis se toma da noção do fim. Ora, o fim da melhor república é o melhor fim do homem, pois a república não é outra coisa senão a ordem da cidade, como se diz no livro terceiro desta obra. E a noção da ordem se toma do fim; e por isso, para o conhecimento da melhor república, é preciso conhecer de antemão qual seja o melhor fim do homem, ou sua ação. Em seguida expõe a sua intenção a respeito da outra coisa, dizendo que depois disto se deverá considerar se é a mesma a melhor vida, ou ação, de cada cidadão que vive separadamente e da cidade inteira, ou se uma é a deste e outra a daquela.

Em seguida, quando diz julgando, pois, prossegue; e primeiro investiga qual seja a melhor vida do homem, ou o melhor fim. Segundo, quando diz, mas uma coisa etc., se ela é a mesma de um só e da cidade inteira; ora, a melhor vida, ou ação, é a felicidade. Primeiro, pois, investiga qual seja a felicidade do homem. Segundo, qual seja a da própria cidade, quando diz, segue-se etc. Quanto ao primeiro, primeiro antepõe a suposição já referida. Segundo, quando diz, pois ninguém diria etc., manifesta-a quanto à outra parte. Quanto ao primeiro, deve-se entender que o bem do homem é o ser perfeito do próprio homem, pois a bondade é certa perfeição. Ora, o homem é composto de corpo, como de matéria, e de alma, como de forma; e por isso um é o seu ser perfeito quanto ao corpo, outro quanto à alma. E, ainda, porque para a perfeição da alma e do corpo necessita de certas coisas exteriores, como instrumentos, por exemplo o alimento e outras coisas semelhantes, outro é o ser perfeito do homem quanto a esses bens exteriores. E por isso é tríplice o bem do homem: a saber, o bem segundo a alma, o segundo o corpo e os bens exteriores. Ora, a felicidade, sendo o bem perfeitíssimo do próprio homem, reúne todos estes. E é isto o que diz: que nós julgamos ter dito muitas coisas suficientemente acerca do último fim do homem naquilo que foi dito nos discursos exteriores, isto é, no livro da Ética, que é exterior àquilo que se considera por si neste livro; e agora sirvamo-nos delas para o propósito. E, para reduzirmos a uma só divisão, a ninguém há dúvida de que, distinguindo-se os bens do homem em três partes, a saber, nos que

são exteriores, como as riquezas e os amigos, nos que são segundo o corpo, como a saúde, a vivacidade dos sentidos e coisas semelhantes, e nos que são segundo a alma, todos estes necessariamente devem existir nos bem-aventurados. Pois a bem-aventurança é o bem perfeitíssimo do homem. Se, portanto, todos estes são bens do homem, é necessário que todos existam nele. Pois, se algum destes faltasse, dessa parte adviria imperfeição. Daí é que Boécio diz no terceiro livro da Consolação que a felicidade é um estado tornado perfeito pela reunião de todos os bens.

Em seguida, quando diz pois ninguém, prova-o quanto à outra parte, a saber, quanto às coisas que são segundo a alma, a partir de algo que todos concedem; dizendo que isto é manifesto acerca dos bens segundo a alma, pois ninguém bem-disposto diria que é absolutamente feliz aquele que não atingisse alguma parte da virtude, por exemplo da fortaleza, ou da temperança, ou da justiça, ou da prudência, que são as quatro virtudes principais. Pois ninguém diria que é feliz aquele que não enfrentasse coisas terríveis, ou que temesse moscas voejantes e se apavorasse com o som de uma folha ou com o aparecimento de uma sombra; nem tampouco aquele que, no uso dos alimentos ou dos prazeres venéreos, não se abstém de nenhum dos extremos, mas desejaria comer ou beber qualquer coisa e de qualquer modo, e usaria dos prazeres venéreos de qualquer modo ou em qualquer quantidade. E igualmente tampouco aquele que, não tendo nenhuma equidade da justiça, mas por causa de um quadrante (que é a quarta parte do denário) a possuir de qualquer modo, quisesse matar os amigos mais queridos. E do mesmo modo se dá quanto ao que diz respeito à prudência. Pois ninguém diria que é bem-aventurado aquele que é imprudente, sem discernimento e mentiroso, como uma criança que não tem juízo nem uso da razão. Ora, isto não seria assim se as operações da virtude não pertencessem à bem-aventurança.

Em seguida, quando diz mas estas coisas, investiga, suposto isto, em qual destes bens consista principalmente a felicidade. E primeiro toca no erro de alguns. Segundo, quando diz, mas nós etc., reprova-o; e daí aparece o seu intento. Na primeira parte diz que todos concedem, como todos, que todos os bens já mencionados pertencem à felicidade; o que diz por causa de alguns homens rústicos, que nem sequer sabem nada da felicidade. Contudo, dizem que estes pertencem a ela de modo diverso, segundo a quantidade e o excesso da virtude ou das outras coisas. Pois alguns dizem que basta para a felicidade perfeita qualquer quantidade de virtude, mesmo pequena, mas que as riquezas e o dinheiro, que são riquezas acidentais, e o poder, e a glória, e a fama, e todas as coisas semelhantes pertencem a ela em excesso infinito; e por isso dizem que ela consiste principalmente nos bens exteriores. Alguns, porém, nas riquezas, alguns na glória, alguns também nos bens do corpo, por exemplo no prazer ou em algo semelhante principalmente, e só posteriormente na virtude, a saber, na medida em que se ordenam a aqueles.

Em seguida, quando diz mas nós, reprova essa opinião, mostrando o contrário, a saber, que ela consiste principalmente na virtude. E a respeito disto primeiro apresenta as razões que o mostram. Segundo, quando diz, que, portanto, da felicidade etc., tira a conclusão, acrescentando algumas persuasões. Quanto ao primeiro apresenta quatro razões. A segunda ali, mais ainda etc. A terceira ali, e *em geral é evidente* etc. A quarta ali, além disso, em vista do ânimo etc. Quanto ao primeiro diz que nós, reprovando o dito destes, diremos que é fácil obter a certeza, a partir das próprias operações que nos são mais manifestas, acerca disto: que a felicidade, quer consista na operação da virtude, quer na deleitação, quer em ambas, existe mais e mais principalmente nos costumes, isto é, nas operações habituais ordenadas segundo a razão, e na excelência da operação perfeita

intelectual, com uma posse medíocre dos bens exteriores, do que na abundância, além do oportuno, de tais bens exteriores com deficiência da virtude ou da operação intelectual. Pois a felicidade consiste mais principalmente naquele bem pelo qual se adquirem, se conservam e se ordenam bem os outros, do que naqueles que são adquiridos, conservados e dirigidos por meio de outros. Pois aquilo pelo qual algo é dirigido e medido parece mais principal. Ora, nós vemos, quanto ao sentido, que os bens exteriores e alguns do corpo são adquiridos, conservados e dispensados segundo a razão reta por meio da operação da virtude e do intelecto, e não ao contrário. Por isso se diz no quarto livro da Ética que sem a virtude não é fácil suportar bem as boas fortunas. Pois a abundância das riquezas por si inclina para aquilo que é fora do razoável. Por isso se diz no segundo livro da Retórica que os ricos são ultrajantes e soberbos e vaidosos, sofrendo algo pela posse das riquezas. Logo, a felicidade consiste mais principalmente na excelência da virtude e na operação do intelecto do que nos bens exteriores.

Em seguida, quando diz mais ainda, e segundo, apresenta a segunda razão, dizendo que, além disso, facilmente pode ser visto pelos que querem considerar segundo a razão que a felicidade consiste por si e mais principalmente em alguma ação segundo a virtude. Pois a felicidade consiste por si e mais principalmente naquele bem cujo apetite não tem limite algum, do que naquilo que tem apetite determinado. Com efeito, como se diz no primeiro livro desta obra, o fim da medicina é curar ao infinito, e o fim de qualquer das artes vai ao infinito, pois querem realizá-lo o mais possível; mas as coisas que são para o fim não vão ao infinito. Ora, os apetites dos bens exteriores têm limite, mas os apetites das coisas que dizem respeito à alma não o têm; logo, a felicidade consiste mais principalmente nos bens da alma do que nos exteriores. A menor desta razão prova assim, dizendo que os bens exteriores têm certo limite na ordem ao apetite, pois são buscados como um instrumento necessário à operação. Ora, tudo o que tem caráter de instrumento e de útil, se exceder aquilo que é segundo a razão, necessariamente é nocivo ou de nada aproveita, como se vê a respeito da flauta, pois, se forem maiores ou mais numerosas do que podem ser movidas pelo flautista, prejudicam ou não aproveitam; logo, por necessidade têm certo limite até o qual são buscados, e não além. Mas os bens segundo a alma, quanto mais excedem, tanto mais úteis são, se é que se deve dizer que estes não só são bons, mas também úteis. O que acrescenta porque, segundo a verdade, nos bens segundo a alma há algo que tem caráter de bem e não de útil, por exemplo o último fim, que não é por causa de outro; ao passo que chamamos útil o que se ordena a outro fim. Ora, isto não seria assim se o apetite dos bens segundo a alma não fosse infinito e não fossem buscados sem limite. Assim, pois, é evidente que os bens exteriores têm certo limite; mas aqueles que são segundo a alma não têm nenhum na ordem ao apetite. E esta foi a proposição menor.

Em seguida, quando diz e, em geral, é evidente, apresenta a terceira razão, dizendo que universalmente é manifesto que dizemos considerar-se a melhor disposição de qualquer coisa entre si, em relação a outra, segundo o excesso que a disposição tem em relação à disposição da outra, o qual recebe por sorte pela distância daquelas coisas de que dizemos ser aquela disposição e a outra. E por tudo isto não pretende, ao que parece, senão que é ótima em cada coisa aquela disposição que segue a natureza ótima. Se, portanto, a alma é melhor e mais excelente que as posses exteriores e que o próprio corpo, tanto absolutamente segundo a coisa como quanto a nós, é necessário que a disposição da alma se tenha proporcionalmente à disposição do corpo e da posse exterior; e por isso, assim como a alma é a melhor parte do homem, é necessário que a disposição dela em si seja a melhor. Por isso, se a melhor disposição do homem é a sua felicidade,

é necessário que a sua felicidade consista em algum bem da alma.

Em seguida, quando diz além disso, apresenta a quarta razão, dizendo: a felicidade consiste principalmente naquele bem em vista do qual se buscam os outros, e não ao contrário. Pois a isto chamamos fim último, como se diz no primeiro livro da Ética. Ora, os bens do corpo e os exteriores são escolhidos em vista da própria alma, e só são buscados enquanto são úteis à ação e à obra. E vemos que todos os bem prudentes escolhem assim, e não ao contrário buscar a alma e os seus bens em vista destes. Portanto, a felicidade consiste mais principalmente nos bens da alma.

Em seguida, quando diz que, portanto, tira a conclusão principalmente intentada com algumas persuasões, dizendo que assim, portanto, pelas razões já ditas, a cada um cabe tanto de felicidade prática quanto de virtude moral, e de prudência, e de virtude intelectual, e das ações que são segundo estas virtudes, seja-nos concedido e manifesto, invocando a Deus por testemunha, o qual é bem-aventurado absolutamente. Pois atinge o seu ótimo não por causa de algo extrínseco a si, mas por si mesmo; porque, se fosse feliz por causa de algo extrínseco, sendo a felicidade o fim, teria algum fim separado de si mesmo, e haveria algo melhor do que ele. Pois o fim é melhor que aquilo que é para o fim, o que é ímpio dizer. E por isso é feliz por causa da própria natureza sua, de modo que a sua felicidade seja a própria natureza sua, diferindo apenas pela razão. Pois, se não fosse a própria natureza sua, mas algo acrescentado a ela, seguir-se-ia haver nele composição, e que haveria algo anterior a ele, que seria princípio da composição, e algo melhor do que ele, como foi dito; o que é muito absurdo, e por isso é feliz segundo a sua natureza e não por algo extrínseco. E por isto, a saber, porque a felicidade não consiste nos bens exteriores, mas naqueles que são segundo a alma, dizemos que a boa fortuna é diversa da felicidade. Pois dos bens que estão fora da alma a fortuna e o acaso são a causa, donde também se chamam bens da fortuna. Mas ninguém é virtuoso, por exemplo justo ou temperante, pela fortuna nem por causa da fortuna, mas por causa do costume e da razão reta. E por isso tais bens da alma são diversos dos bens da fortuna.

Em seguida, quando diz segue-se, mostra qual seja a felicidade, ou a melhor vida, da cidade. E primeiro faz isto. Segundo, quando diz, mas estas coisas apenas etc., escusa-se de uma consideração mais certa acerca destas. Na primeira parte diz que consequentemente é oportuno mostrar, e pela força das mesmas razões, acerca da felicidade da cidade, qual seja. Pois dizemos ser feliz, e também a melhor, aquela cidade que age da melhor maneira. Pois suponha-se que a felicidade é a melhor operação, a partir do primeiro livro da Ética. Ora, é impossível que ajam da melhor maneira aqueles que não fazem as melhores coisas, pois o bem na operação segue a bondade do objeto, ou daquilo que é feito. Mas não há nenhuma obra boa, nem de um só homem em si mesmo, nem da cidade, sem virtude moral e prudência intelectual; logo, é impossível que a cidade seja feliz e a melhor absolutamente sem virtude moral e intelectual. Portanto, a felicidade consiste em algo pertencente à virtude. Mas, porque alguém poderia dizer que a fortaleza, a justiça e as outras virtudes morais não são de uma só natureza, e por isso não é preciso que, se a felicidade de um só homem consiste nas ações destas, por isso a felicidade da cidade consista nas ações das mesmas; querendo como que remover isto, diz que a fortaleza da cidade, e a justiça, e a prudência, e as outras virtudes têm a mesma potência na ordem à operação e a mesma forma quanto à própria natureza em si, que a fortaleza, a justiça, a prudência e as outras virtudes de que é informado cada homem em si mesmo, e é chamado justo, prudente, temperante. E deve-se entender que a virtude da cidade inteira e a virtude de cada um são da mesma natureza em si e na

ordem à operação, não diferindo senão como o todo da parte e o maior do menor. Pois a virtude moral da cidade se reúne a partir das virtudes parciais dos cidadãos; e por isso, assim como é de uma só natureza a risibilidade em um homem e em cem, assim é a mesma a virtude em um só e em toda a cidade.

Em seguida, quando diz mas estas coisas, escusa-se de uma consideração mais certa acerca destas, dizendo que acerca da felicidade de um só homem e da cidade inteira apenas se disse por meio de proêmio, em relação ao que se segue. Pois não é possível que quem entende escape a toda razão pela exposição do que dela foi dito, pois há algumas coisas manifestas por si, a partir das quais se expõe o que foi dito. Nem tampouco é possível percorrer todas as razões que se poderiam aduzir, por causa da multidão delas e da brevidade do tratado. Pois dizer tudo isto é obra de outro estudo. Com efeito, estas coisas foram tratadas no primeiro e no décimo livro da Ética acerca da felicidade, que é a de um só. Agora, porém, suponha-se, para a intenção proposta, que a melhor vida e a felicidade, tanto de cada um em si mesmo quanto da cidade inteira, é a perfeição que se dá com a virtude, não segundo aquilo que é certo hábito, pois assim está em potência para uma perfeição ulterior, mas segundo aquilo que transborda em obra, a ponto de caber a cada um, ou à cidade, participar das ações da virtude; deixando na presente consideração as outras coisas que se podem considerar, e considerando-as depois, se alguém não crê nas razões já ditas.

Revision #1

Created 11 October 2026 19:16:50 by Admin

Updated 11 October 2026 19:16:50 by Admin